



## **ACESSIBILIDADE EM OLINDA-PE: ÉS PARA QUEM, OH LINDA CIDADE?**

**Gabriela Sousa Ribeiro (1); Laura Bezerra Martins (2); Circe M<sup>a</sup>. Gama Monteiro (3)**

(1) Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Design | Universidade Federal de Pernambuco | Recife - PE - Brasil | gabi\_s\_r@hotmail.com

(2) Docente do Programa de Pós-Graduação em Design | Universidade Federal de Pernambuco | Recife - PE - Brasil | laurabm@folha.rec.br

(3) Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano | Universidade Federal de Pernambuco | Recife - PE - Brasil | monteiro.circe@gmail.com

### **RESUMO**

Ao considerar que existem no mundo cerca de 610 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, o estudo da acessibilidade demonstra grande importância enquanto prática social, que representa a eliminação de barreiras no ambiente natural e construído. No caso dos sítios históricos, esta prática ainda é pouco discutida. Entretanto, permitir que as pessoas possam usufruir dos ambientes históricos em condições de igualdade, independente de características antropométricas, capacidades ou limitações, representa facilitar o acesso de todos ao turismo, ao lazer e à cultura. Este trabalho apresenta estudo de caso realizado em Olinda, Pernambuco. Objetiva levantar as condições de acessibilidade do espaço livre público deste sítio histórico e propor recomendações preliminares que facilitem o acesso de todos. Para tal, foram realizadas observações assistemáticas e entrevistas semi-estruturadas com usuários diretos do local em estudo, ou seja, residentes, trabalhadores e turistas da área pesquisada. Foram priorizados os respondentes com algum tipo de limitação. Os resultados obtidos demonstraram que o sítio histórico de Olinda desconsidera a diversidade de usuários do local. Os desníveis entre vias e calçadas, tamanho da faixa livre para pedestres, materiais de revestimento, inclinação excessiva das vias e calçadas, falta de manutenção e disposição inadequada do mobiliário urbano foram os principais aspectos que impõem constrangimentos aos usuários. Demonstrando, assim, que a igualdade de direitos ainda é uma realidade apenas no papel, uma vez que existem diversas leis e normas brasileiras e mundiais que objetivam regularizar a questão da acessibilidade. Para transgredir do papel à realidade, são fundamentais estudos que priorizem a inserção da acessibilidade e do *design* universal através de ação conjunta de toda a sociedade.

Palavras-chaves: acessibilidade física, sítios históricos, barreiras físicas.

### **ABSTRACT**

The development of studies on accessibility perform an important role towards socialization since their results and achievements support the 610 million disable people there are in the world overcoming barriers they face in natural and artificial environment. Historical sites are not an ordinary object to such studies though we believe this approach may allow disable people to enjoy historical environments despite their anthropometric characteristics, capacities or limitations therefore improving access to tourism, leisure and culture. This paper presents a case study developed in Olinda, a city in Pernambuco, Brazil, aiming the improvement of accessibility conditions to public space in its historical sites and presenting preliminary recommendations based on the achievements of the research. The research consisted on non systematic observations and semi structured interviews conducted with subjects found in those historical sites, such as residents, workers and tourists. The selection of subjects was directed to people with some kind of disability. The results of the research show that historical sites in Olinda are not fully accessible to the diversity of people found there. Narrow sidewalks and the lowered-levelling of streets leave very little room for pedestrians as well as increase existing difficulties on the route, coating material, steep streets, poor maintenance and

inadequate disposition of urban furniture are some of aspects that cause user embarrassment. Those results also show that, despite the existence of several laws and standards in Brazil as well in other countries, accessibility is not a reality. We believe that a breakthrough in that issue will be possible through the development of studies aiming accessibility and universal design along with the effort of the society.

Keywords: physical accessibility, historic sites, physical barriers.

## 1 INTRODUÇÃO

Existem no mundo, segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 610 milhões de pessoas que apresentam algum tipo de deficiência, das quais 386 milhões fazem parte da população economicamente ativa (Feijó, 2002). No Brasil, o Censo 2000 (IBGE, 2002) apontou que 14,5% da população brasileira se inserem neste quadro. Destes, 4,1% se referem àqueles que apresentam algum tipo de deficiência física. Em contrapartida, este percentual sobe para 22,9% se somarmos os que têm dificuldades para caminhar ou subir escadas em distintos graus de severidade, classificados pelo Censo como deficientes motores.

Para a Constituição Brasileira, ‘pessoa portadora de deficiência’ é um termo genérico e se refere a todo o segmento, independente das características da deficiência ou do tipo de seqüela apresentada. Assim, cegos, surdos, paraplégicos, paralisados cerebrais, tetraplégicos, mudos, dentre outros, são agrupados na área da deficiência física, mental ou sensorial (Feijó, op. cit). Entretanto, coloca-se que, ao permitir que estas pessoas desfrutem dos ambientes em condições de igualdade às outras pessoas, a deficiência se anula, equiparando habilidades e limitações de todos num mesmo ambiente. Assim, corrobora-se, com Medeiros e Diniz (2004), que colocam que a deficiência é uma experiência resultante da interação entre características corporais do indivíduo e as condições da sociedade em que ele vive. Isto é, da combinação de limitações impostas pelo corpo com algum tipo de perda ou redução de funcionalidade a uma organização social pouco sensível à diversidade corporal.

Este trabalho se insere neste sentido, objetiva apontar constrangimentos relacionados à acessibilidade física a usuários do sítio histórico de Olinda-PE e propor soluções preliminares aos mesmos. De modo que as pessoas com deficiência física possam desfrutar de cultura, lazer e turismo em condições de igualdade aos demais cidadãos.

Para tal, foram realizadas observações assistemáticas e entrevistas semi-estruturadas com usuários do local em estudo, sendo priorizados os moradores, trabalhadores e turistas com algum tipo de limitação física.

Os resultados demonstraram que o sítio histórico de Olinda-PE ainda não é sensível à diversidade de seus usuários. São impostas diversas barreiras físicas àqueles que tentam se deslocar nos espaços livres públicos e acessar edificações públicas do ambiente estudado.

## 2 ACESSIBILIDADE EM SÍTIOS HISTÓRICOS

As próprias especificidades dos sítios históricos, tais como projeto e execução que desconsideraram a diversidade dos usuários e as leis de preservação que vigoram sobre estes bens, dificultam os trabalhos em relação à acessibilidade. Em contrapartida, pode-se justificar a implantação da mesma através do Artigo 7 da “Carta Internacional sobre Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios”, instituída a partir de 1964, em Veneza. Esta coloca que “a remoção do todo ou de parte do monumento não deve ser permitida, exceto quando tal seja exigido para a conservação do monumento ou por **razões de grande interesse nacional ou internacional**” (IPHAN, 2007, grifo das autoras).

Uma vez que se considera fundamental, para a promoção de seus direitos de cidadãos, a integração das pessoas com deficiência em todos os setores da sociedade, coloca-se que facilitar o acesso de todos aos

bens históricos e culturais seja razão de grande interesse para a sociedade mundial. Possibilita-se, assim, que a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, seja cumprida. Este documento coloca que “toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios” (ONU, 1948).

Porém, em relação aos sítios históricos em particular, para se efetivar o direito da autonomia pessoal e dar um salto qualitativo, que represente transpor da legislação à realidade, em matéria de mobilidade e eliminação de barreiras, ainda é necessário um exaustivo trabalho na busca de soluções a estes locais.

Ribeiro e Martins (2007), ao discutir as contribuições da ergonomia e do *design* universal na busca de melhor acessibilidade aos sítios históricos, perceberam uma lacuna de trabalhos que versem nesta área.

Gerente e Bins Ely (2004) realizaram análise do panorama nacional com relação à acessibilidade das pessoas com deficiência nos sítios históricos. Perceberam que os progressos obtidos na pesquisa sobre acessibilidade não atingiram, ainda, o âmbito da preservação histórica. Assim, a prática apresenta-se ainda mais obsoleta, privando estas pessoas de usufruírem do patrimônio histórico e cultural. Colocam, também, que a reunião de esforços nos campos multidisciplinares do conhecimento e da administração federal, aliada a campanhas de esclarecimento social, são a base fundamental para tornar os sítios históricos acessíveis, permitindo que maior número de pessoas possível tenha acesso à herança patrimonial brasileira, exercendo sua cidadania.

Segundo Soares (2001), nos últimos anos, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), através do seu departamento de Proteção, tem buscado promover a conscientização e capacitação dos técnicos e gestores que lidam com a preservação dos bens imóveis do patrimônio cultural, no que se refere à promoção da acessibilidade integral durante as ações de preservação, guarda e fruição dos bens culturais. Permitindo, portanto, que maior diversidade de usuários tenha acesso a estes.

Com relação especificamente à acessibilidade em locais de preservação históricos brasileiros, no Programa de Reabilitação dos Sítios Históricos – URBIS do IPHAN, do ano de 2001, existe um documento intitulado “Orientações gerais para a promoção da Acessibilidade em Sítios Históricos Urbanos”. Mesmo que ainda superficial, o texto tece algumas considerações a respeito da importância da acessibilidade no patrimônio histórico. Baseado nas legislações atualmente existentes, esclarece com coerência que “a reabilitação urbana pode se constituir em uma oportunidade efetiva para promover a supressão de barreiras e, portanto, a melhoria das condições de acessibilidade nas cidades” (IPHAN, 2001).

No ano de 2003, o IPHAN lançou a Instrução Normativa nº 1, marco inicial na tentativa de resolver esta questão. Esta pretendeu oferecer algumas diretrizes para a promoção de acessibilidade nos bens culturais imóveis, “a fim de equiparar as oportunidades de fruição destes bens pelo conjunto da sociedade, em especial pelas pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida”. Para tal, toma como referências básicas a Lei Federal nº 10.098/2000 e a NBR 9050/1994 (ABNT, 1994). E afirma que a adoção dos critérios de acessibilidade deve compatibilizar-se com a preservação dos imóveis, “devendo ser legíveis como adições do tempo presente, em harmonia com o conjunto”. Além disso, dispõe que o limite para a adoção de soluções para acessibilidade é o comprometimento do valor testemunhal e da integridade estrutural do bem.

Ribeiro e Martins (2007), reconhecendo que cada ambiente tem suas características próprias, colocam que para a eliminação de barreiras e implementação de facilidades aos usuários com deficiência em sítios históricos, nada mais apropriado que a efetiva participação dos mesmos no processo de reconhecimento dos constrangimentos e busca de soluções. Assim, acreditam ser possível chegar a projetos conscientes e que atendam às reais expectativas e necessidades dos usuários do ambiente estudado.

Jester e Park (1993) colocam que a autonomia e a acessibilidade física em propriedades históricas podem ser conseguidas com planejamento cuidadoso, consulta a especialistas e projeto sensível. Recomendaram identificar e executar modificações de acessibilidade que protejam a integridade e o caráter histórico das propriedades a partir de três aspectos:

- rever o significado histórico da propriedade e identificar suas características;
- avaliar a propriedade existente e requerida ao nível da acessibilidade; e
- avaliar opções de acessibilidade dentro de um contexto de preservação.

### **3 MÉTODOS E TÉCNICAS**

Este trabalho teve como objeto de estudo o sítio histórico da cidade de Olinda-PE.

Situada no estado do Pernambuco, Olinda é a terceira maior cidade deste estado. Abriga, em seus 40,83 km<sup>2</sup> de extensão territorial, uma população de 367.902 habitantes, o que significa uma densidade demográfica de 9,01 habitantes por km<sup>2</sup>, segundo o Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2002; PREFEITURA DE OLINDA, 2007). Possui um dos mais harmoniosos acervos histórico artístico e religioso do Brasil. Sua fundação data de 1537, carta foral cedida pelo rei de Portugal. Preserva seu valioso e harmonioso acervo colonial, sobretudo, o seu rico patrimônio histórico artístico e barroco. Guarda, ainda, seu traçado original, de ruas estreitas e tortuosas, com uma significativa estrutura de casarões e monumentos representativos do período colonial, em um sítio de exuberante beleza natural e de paisagem tropical expressiva (MARTINS, 1996). Foi declarada pela UNESCO, a partir de 1982, como Patrimônio Natural Cultural da Humanidade. Dos 40,83 km<sup>2</sup> de extensão da cidade, 10,4 km<sup>2</sup> é de área de preservação cultural e 1,2 km<sup>2</sup> formam o polígono de tombamento (PREFEITURA DE OLINDA, 2007). Oficializando-a, então, como um verdadeiro celeiro cultural internacional, museu vivo da história do Brasil, berço de sua nacionalidade. Sendo fundamental o acesso de maior parcela da população a estes bens como forma de incentivar atividades relacionadas à cultura, ao lazer e ao turismo.

Para coleta de dados foram realizadas análises documentais, observações assistemáticas, por meio de registros fotográficos e anotações em caderneta de campo, quando se registraram os principais constrangimentos ergonômicos impostos às pessoas com deficiência física, no que tange a existência de barreiras físicas, além de entrevistas semi-estruturadas com usuários do local em estudo.

A partir de observações assistemáticas e de consultas à NBR9050/2004 (ABNT, 2004) e a normas internacionais para acessibilidade física, foram listadas diversas barreiras que dificultam e/ou impedem o acesso e deslocamento de pessoas com deficiência física aos ambientes livres públicos do sítio histórico de Olinda. A partir desta relação, foram aplicadas entrevistas semi-estruturadas com usuários do local em estudo, sendo priorizados os usuários com algum tipo de limitação e divididos de acordo com as atividades exercidas no local em estudo. Desta maneira, foram entrevistados turistas, trabalhadores do sítio histórico e moradores do mesmo.

Assim, entre os turistas, foram pesquisados: duas adultas do gênero feminino, usuárias de cadeira de rodas; quatro idosos, sendo dois do gênero masculino e dois do feminino, com dificuldades de locomoção; e um adulto do gênero masculino que utiliza prótese na perna direita. Entre os trabalhadores, foram entrevistados três idosos com dificuldades de locomoção, que lidam diretamente com os turistas, sendo dois do gênero masculino e uma, do feminino. Dentre os moradores pesquisados, responderam à entrevista quatro idosas, todas com dificuldades de locomoção, sendo que dentre estas, uma utiliza cadeira de rodas em suas atividades fora de sua residência e uma utiliza bengala para auxiliar na sua locomoção.

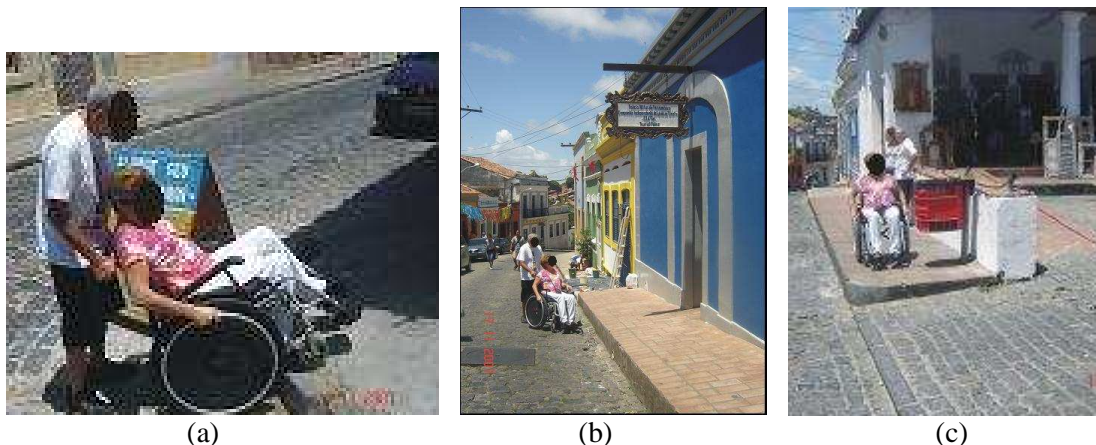
Durante a entrevista, foi solicitado aos respondentes que atribuíssem aos itens questionados um valor entre 0 a 10, numa escala Lickert, em relação ao grau de dificuldade imposto pelo mesmo ao se deslocar nos ambientes do sítio histórico de Olinda. Sendo que o “0” correspondia à “impõe muita dificuldade” e o “10” à “facilita o deslocamento”. Os resultados foram obtidos através de média aritmética.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com os resultados obtidos, foi possível perceber que a área tombada do sítio histórico da cidade de Olinda-PE possibilita a seus usuários uma variedade de atividades e possibilidades para realização de outras tantas. Entretanto, trata-se de um ambiente que desconsidera a diversidade de habilidades e limitações de seus usuários, uma vez que impõe diversas barreiras aos mesmos, principalmente, no que tange à acessibilidade física.

Dentre as barreiras físicas nas áreas livres de circulação públicas percebidas, a partir de observações assistemáticas, destacam-se: desníveis entre vias e calçadas, tamanho da faixa livre para pedestres, materiais de revestimento, inclinação excessiva das vias e calçadas, falta de manutenção e disposição inadequada do mobiliário urbano.

Em relação à diferenciação de nível entre vias e calçadas, percebe-se o agravamento do problema devido à inexistência de rampas de acesso às calçadas (figura 1 a, b e c). Mesmo em prédios públicos importantes, como é o caso da Polícia Militar, exposta na figura 1 (b), e o Mercado da Ribeira, exposto na figura 1 (c), o acesso é dificultado.



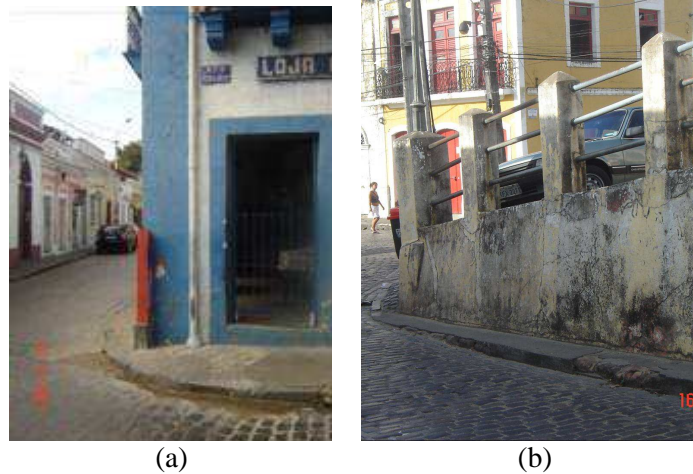
**Figura 1** - Inexistência de rampas de acesso entre vias e calçadas (a), mesmo na frente de prédios públicos importantes, como no acesso à Polícia Militar (b) e ao Mercado da Ribeira (c)

O tamanho da faixa livre para pedestres em diversos ambientes do sítio em estudo é inferior a 1,20m, estabelecido pela NBR9050/2004 (ABNT, 2004). Em muitas calçadas, como exposto na figura 2, até o deslocamento de pedestres sem deficiência ou restrição física é dificultado devido à largura da mesma, de apenas 50 cm. Ficando, assim, impossível a utilização da mesma por uma pessoa usuária de cadeira de rodas.



**Figura 2** - Dimensão da calçada muito estreita

Ainda em relação às calçadas, outro aspecto que dificulta o uso de pessoas com algum tipo de deficiência física diz respeito à descontinuidade da mesma, como ilustram as figuras 3 (a) e (b). Os materiais de revestimento do piso e a falta de manutenção adequada também contribuem para a questão, favorecendo acidentes, como quedas e tropeções, principalmente por idosos.



**Figura 3** - Descontinuidade das vias de circulação pública (a) (b) dificultando o deslocamento

Por sua topografia, o sítio histórico de Olinda é repleto de ladeiras muito íngremes. A inexistência de corrimãos nestes locais se configura como barreira física, como ilustra a figura 4 (a). Na tentativa de minimizar tal questão, são colocados diversos degraus ao longo da calçada, dificultando ainda mais o deslocamento de pessoas com deficiência física, principalmente aquelas usuárias de cadeiras de rodas, que se vêem obrigadas a se deslocar pelas vias, onde o material de revestimento dificulta ainda mais o trajeto percorrido com a cadeira de rodas, como exposto na figura 4 (b).



**Figura 4** - Calçadas sem corrimãos para auxiliar o deslocamento das pessoas (a), onde são instalados degraus, forçando o deslocamento de usuários de cadeira de rodas por meio das vias (b)

A disposição inadequada do mobiliário urbano dificulta o deslocamento das pessoas, uma vez que, muitas vezes, obstruem as áreas de circulação pública, que deveriam ser livres de barreiras, como demonstram as figuras 5 (a), (b) e (c). Tais barreiras obrigam que, frequentemente, as pessoas se desloquem pelo meio da rua, expondo-se a situações de perigo, como possíveis acidentes com veículos motorizados.





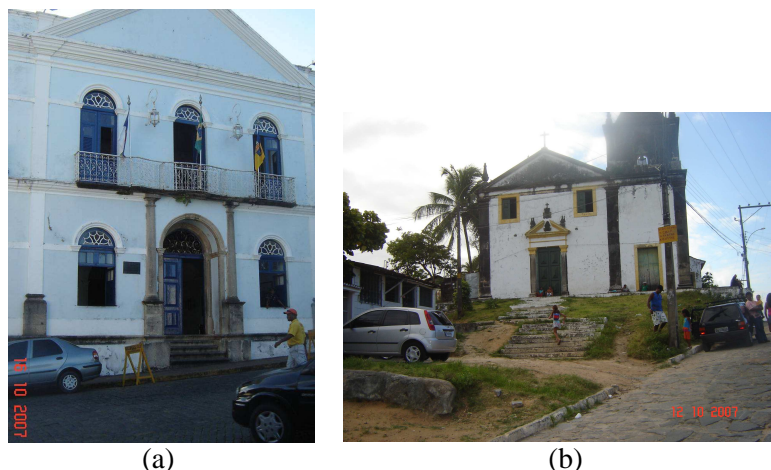
**Figura 5** - Mobiliário urbano obstruindo a circulação nas calçadas, como por exemplo, postes (a) e fradinhos (b), que impedem a circulação de usuários de cadeiras de rodas nas calçadas (c)

A falta de conscientização das pessoas também se caracteriza como barreira às pessoas com deficiência. As figuras 6 (a) e (b) expõem alguns exemplos. A primeira ilustra a calçada obstruída por mobiliário móvel, como placa publicitária. Enquanto a figura 6 (b) demonstra que, mesmo em situações onde a acessibilidade física foi considerada, como é o caso da rampa para acesso do estacionamento às lojas de artesanato no Mercado da Ribeira, a passagem é obstruída por objetos colocados no início/fim da rampa.



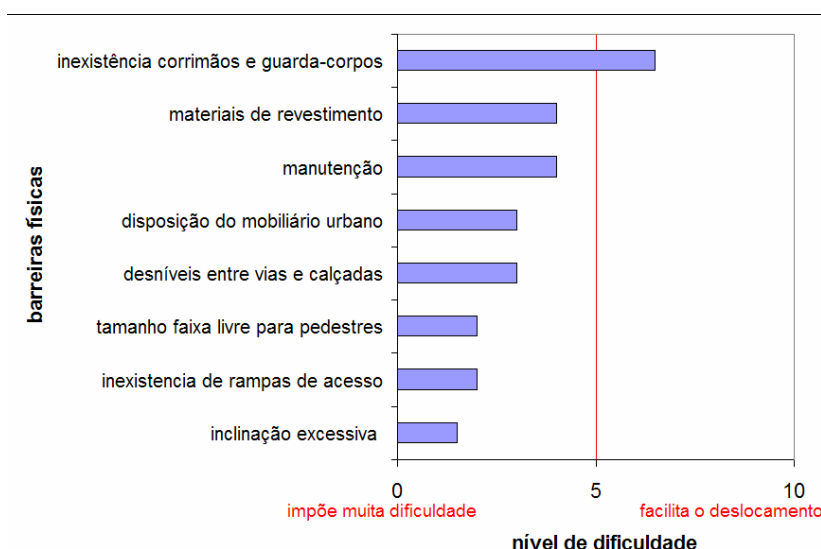
**Figura 6** - Exemplos de barreiras físicas: obstrução da área de circulação pública por mobiliário móvel (a) e obstrução da rampa por objetos colocados na passagem (b)

Em relação aos acessos de entrada e saída das edificações públicas do sítio histórico estudado, pode-se perceber que a maioria desconsidera o uso de pessoas com deficiência física, uma vez que o acesso é possível apenas por escadas. As figuras 7 (a) e (b) ilustram, respectivamente, a Prefeitura de Olinda e a Igreja de São João.



**Figura 7** - Exemplos de barreiras físicas: acesso ao prédio da Prefeitura (a) e acesso à Igreja de São João (b) somente por meio de escadas

Segundo os respondentes das entrevistas, a barreira física que mais dificulta o deslocamento no sítio histórico de Olinda é a inclinação excessiva de muitas vias. E o item menos percebido pelos mesmos é a inexistência de corrimãos e guarda-corpos. Este último resultado pode ser atribuído ao fato das pessoas desconhecerem esta possibilidade. O gráfico 1 demonstra todos os resultados.



**Gráfico 1** - Resultados obtidos a partir das entrevistas semi-estruturadas

Como propostas iniciais aos problemas levantados, sugerem-se: implementação de rampas de acesso, ligando vias e calçadas e prédios públicos e calçadas; instalação de fiação elétrica subterrânea, de modo a eliminar muitos postes públicos que dificultam a circulação, além de dar maior uniformidade histórica ao ambiente; organização e desobstrução das calçadas; implantação de corrimãos nas paredes externas das edificações situadas em vias com elevada inclinação; alargamento das calçadas, de modo que seja possível o trânsito de uma cadeira de rodas ao lado de pedestres; programas de incentivo ao turismo que permitam horários em que as ruas fiquem livres aos pedestres. Além de estudo mais detalhado com a participação ativa dos usuários, de modo que possam ser propostas melhorias de acordo com as reais expectativas e necessidades dos mesmos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados obtidos em Olinda-PE corroboram com a revisão da literatura. Segundo Gerente (2005), a relação dos sítios históricos com as pessoas portadoras de deficiência é bastante complexa. Ao mesmo



tempo em que a valorização destes espaços vem atraindo cada vez mais a população, tanto para moradia quanto para visitação, sua forma original exclui grande parte destas pessoas.

Embora a questão da acessibilidade esteja em constante discussão, incluindo gradativamente as pessoas portadoras de deficiência nas atividades cotidianas, o acesso ao patrimônio histórico presente nos sítios históricos ainda não se adapta a esta realidade. A convergência de dois temas tão dicotômicos, acessibilidade e bens tombados, buscará derrubar mais uma das barreiras que dificulta a inclusão deste público, auxiliando-os a ser cidadãos efetivamente participantes da sociedade.

Ressalta-se, ainda, a importância de tornar os ambientes do sítio histórico de Olinda acessível às pessoas com deficiência física tanto por ser uma garantia constitucional, como pelo elevado poder de mercado que esta fatia da população representa atualmente.

## 6 REFERÊNCIAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 9050: Acessibilidade de Pessoas portadoras de deficiência a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 1994.

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.

FEIJÓ, A.R.A. *Direitos humanos e proteção jurídica da pessoa portadora de deficiência: normas constitucionais de acesso e efetivação da cidadania à luz da Constituição Federal de 1988*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2002.

GERENTE, M. M. *Introduzindo diretrizes de projeto para a acessibilidade em sítios históricos a partir do estudo de São Francisco do Sul*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal de Santa Catarina - Centro de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis. 2005.

GERENTE, M. M.; BINS ELY, V. H. M. Acessibilidade em percurso turístico no centro histórico de Florianópolis. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ERGONOMIA, 13. Fortaleza, 2004. *Anais*. Fortaleza: ABERGO, 2004 (CD-ROM - SC 2 Desenho universal como tema inovador na pós-graduação).

IBGE, FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censo 2000, Amostra, via Banco Multidimensional de Estatísticas, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: [www.rio.rj.gov.br](http://www.rio.rj.gov.br). Acesso em 29 junho 2005.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Documento 04. Programa de Reabilitação Urbana de Sítios Históricos – URBIS, 2001.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Disponível em <http://www.iphan.gov.br> , acesso em 17 abril 2007.

JESTER, T. C; PARK, S. C. *Making Historic Properties Accessible*. Technical Preservation Services (TPS), Heritage Preservation Services Division, National Park Service, AIA, 1993. Disponível em: <http://www.nps.gov/history/hps/tps/briefs/brief32.htm>, acesso em outubro de 2006.

MARTINS, L B. *Lectura semiótica aplicada al conocimiento del espacio urbano: analisis de la señalizacion turístico-cultural como representacion grafica en sitios historicos*. Tesis Doctoral. Universitat Politecnica de Catalunya, Barcelona. 1996.

MEDEIROS, M.; DINIZ, D. *Envelhecimento e deficiência*. Série Anis 36, Brasília, Letras Livres, 1-8, junho, 2004.

ONU – Organização das Nações Unidas. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 1948.

PREFEITURA DE OLINDA, Olinda Patrimônio da Humanidade, Prefeitura Popular. Disponível em [http://www.olinda.pe.gov.br/portal/olinda\\_em\\_dados.php](http://www.olinda.pe.gov.br/portal/olinda_em_dados.php). Acesso em 07 de janeiro de 2007.

RIBEIRO, G. S.; MARTINS, L. B. Ergonomia e Design universal contribuindo para a acessibilidade integral em sítios históricos. In: Simpósio de Engenharia de Produção, 14, 2007, Bauru. *Anais*. Bauru: SIMPEP, 2007.

SOARES, C. G. F. *Acessibilidade e preservação de bens culturais imóveis*. In: Município acessível ao cidadão. Adriana Romeiro de Almeida Prado. São Paulo, 2001.